

Tema em discussão

Proteção jurídica do funcionalismo fluminense

Nossa opinião

Imposições da realidade

E das debacles fiscais o atropelamento de direitos, por uma dramática e simples razão — falta absoluta de dinheiro nos cofres públicos, como efeito de alguma crise fora do alcance do governante de turno ou devido a seus próprios erros. Um exemplo é a Grécia, em que a élite política entendeu ser a entrada no bloco do euro uma espécie de passaporte para o paraíso da moeda forte e do descuido com os gastos. O resultado é uma sucessão de anos de ajustes pela metade, baixo crescimento, desemprego.

Há semelhanças com o Rio de Janeiro de Sérgio Cabral, trancado em Bangu por corrupção, e de Luiz Fernando Pezão, vice e depois eleito na fase final da farra de gastos imprevidentes que houve no estado. Sem falar da corrupção.

A grande conspiração contra o funcionalismo aposentados e pensionistas do estado — e, numa visão mais ampla, contra a população mesma — foram apostas erradas na política de gastos do governo, considerando a fonte incerta dos recursos. Era quase suicídio destinar o volume crescente de royalties — em alta puxada pela elevação das cotações externas de petróleo e gás — para gastos engessados por lei e blindados por grupos políticos organizados (salários de servidores, aposentadorias e pensões do funcionalismo).

Como era previsto na imprensa especializada, a entrada em produção, nos Estados Unidos, de áreas de exploração de óleo e gás de rochas ajudou a derrubar o preço dos hidro-

carbonetos e com isso pulverizou parte da receita do governo fluminense. A probabilidade de um longo ciclo de petróleo e assemelhados a cotações mais baixas havia levado a Arábia Saudita, sob o comando de nova geração da família Saud, a desenhar um programa de ajuste fiscal e, mais do que isso, de reciclagem estrutural da economia, para depender menos das receitas do petróleo. A notícia, de circulação ampla, deveria ter alertado os governantes fluminenses.

A tempestade perfeita se formou com o efeito catastrófico da política heredota do "novo marco macroeconômico" ensaiada no segundo mandato de Lula e radicalizada com Dilma Rousseff no Planalto, sobre toda a economia brasileira. Vieram daí um ano de estagnação (2014) e os dois seguintes da mais profunda recessão que as estatísticas brasileiras mostraram: a subtração de aproximadamente 8% do PIB, causa de mais de 12 milhões de desempregos e decorrentes mazelas sociais.

Há razões profundas e longe do alcance direto do Palácio Guanabara — o que não lhe rende a irresponsabilidade na gestão do estado — de boa parcela desta tempestade perfeita. Para isso há leis como a da responsabilidade fiscal, para a cobrança de autoridades. A presidente Dilma perdeu o mandato por atrapelar a LRF. Governantes podem e devem ser punidos em que esfera: administrativa, penal e política. Mas a crise é tão profunda que não será superada na base de limitares, mesmo que sejam pertinentes do ponto de vista jurídico. •

A crise fiscal é tão profunda que impõe medidas contrárias a direitos

que o "des" governo do Estado do Rio de Janeiro não cuidava do dinheiro público vieram se comprovando. Foram várias manobras que culminaram no famoso "pacote das maladades" para reduzir salários, aposentadorias, pensionamentos, cortar benefícios previdenciários e aumentar tributos, todas a demonstrar que, repetidamente, os nossos governantes tentam passar a conta do desculpo e da falta de profissionalismo dos atos governamentais que têm praticado para cada um de nós cidadãos, e especialmente para os aposentados e pensionistas, tudo em total desacordo com as determinações da nossa Constituição Federal.

Apesar dessas ações do governo serem na sua maioria totalmente irregulares e em desacordo com a legislação atual, a maioria dos cidadãos não sabe dos seus direitos e acaba deixando de socorrer-se no Judiciário.

Ora, esses proveitos/benefícios habitualmente representam a única fonte de renda dos aposentados e pensionistas, fruto de regulares recolhimentos feitos nos contracheques dos antigos funcionários públicos, e não podem faltar, pois, dessa forma, estar-se-ia infringindo um dos Princípios Constitucionais mais importantes, o da dignidade da vida humana.

Funcionários públicos, aposentados e pensionistas do Estado do Rio de Janeiro vêm sofrendo das mazelas da má administração do dinheiro público há muito tempo à conta des-

sa trapalhada patrocinada pelo governo estadual. Portanto, existe a possibilidade de ingressarem no Judiciário com pedido de indenização material e moral, devido a essas infelizes ocorrências, especialmente porque o atraso dos recebimentos tem ocasionado endividamento e excessivo comprometimento da renda de milhares de famílias de servidores públicos do nosso estado.

Sair cortando salários e benefícios de aposentadoria não é atitude condizente com a nossa Constituição

que defende o ser humano em detrimento do patrimônio, e é por isso que não vale a afirmação de que esses cortes, em grande parte irregulares, são em defesa do patrimônio público, se desfavorecem o cidadão.

Certo é, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro deveria dar o exemplo, seguindo a lei, ou seja, deixando de perseguir seus funcionários da ativa, seus aposentados e pensionistas, mas trabalhando numa boa reestruturação administrativa, desenvolvendo estudos técnicos para equilibrar o que recebe e o que deve pagar, deflagrando processos administrativos bem feitos e até mesmo encorajando ao Poder Legislativo novas leis para poder resolver efetivamente o problema previdenciário, assim honrando com suas obrigações, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário para remediar essas questões de caráter alimentar, que ferem os direitos do cidadão lesando seu patrimônio e sua dignidade. •

Lúcia G. Gouvêa é advogada

Outra opinião

Ato de arbitrariedade

LÚCIA G. GOUVÉA

ELIO GASPARI

Jucá, Geddel, Yunes, Padilha...

Michel Temer é um político experiente, frio, e conhece o lado do avesso de Brasília. Em maio do ano passado, quando fritava a presidente Dilma Rousseff e o comissariado petista, circulou a notícia de que formaria um governo de notáveis. Era loretta, e foi logo desmentida. Formou-se um governo de pessoas experientes, mas não se definiu o que vinha a ser "experiência".

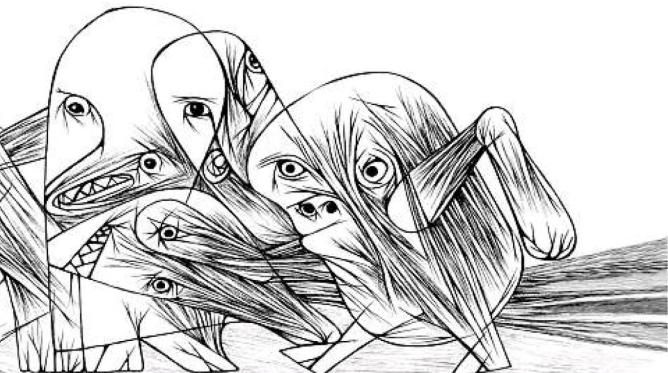
José Yunes, o amigo do peito de Temer, foi para sua assessoria especial; Romero Jucá, presidente do PMDB, para o Ministério do Planejamento; o espacoso Geddel Vieira Lima, para a coordenação política; e Eliseu Padilha para a chefia da Casa Civil.

Em menos de um ano, três experientes integrantes dessa equipe foram para o espaço, todos metidos em situações escandalosas. O pacote que o operador Lúcio Funaro levou ao escritório de Yunes ainda fará uma longa carreira no anedotário político nacional. Por enquanto, a versão de Yunes é uma daquelas mantas de chumbo que os dentistas jogam em cima das pessoas para protegê-las das emissões dos raios X.

Nunca na história deste país um presidente perdeu tantos colaboradores em tão pouco tempo por motivos tão pouco louváveis. O chefe da Casa Civil de Temer orgulhou-se de ter negociado o Ministério da Saúde trocando o médico Raul Cutait pelo deputado Ricardo Barros. Esse tipo de escalação do governo pode ter parecido de coisa de doido, mas nela havia dois métodos.

O primeiro, ostensivo, era a busca de uma retumbante maioria parlamentar. O segundo, implícito, era a blindagem dessa mesma maioria diante dos maus ventos da operação Lava-Jato. Como? Ninguém pode saber, mas o caminho se faz andando. Nesse tipo de caminhada, convida-se o ex-ministro Carlos Velloso, para o Ministério da Justiça, e nomeia-se o deputado Osmar Serraglio, campeão da doutrina de uma anistia para o deputado Eduardo Cunha.

Quando Temer nomeou Jucá e Geddel, mandou um sinal para a lista de penitentes que sofreram à espera



Parecia escalada de técnico doido, mas houve método na maluquice, se vai dar certo, é outra questão

da divulgação de novas listas da Lava-Jato. Como diu o ilustre governador Pezão, quando se refere ao seu padrinho Sérgio Cabral, todos devem ter o direito de se defender. A ida de Yunes para o Planalto foi o tiro sinal. Padilha sabia que mandaria levar um pacote ao escritório do

amigo, o operador Lúcio Funaro sabia que o entregaria, e o deputado Eduardo Cunha achava que sabia a história toda, tanto que levantou o véu da carga numa pergunta que encaminhou ao juiz Sérgio Moro, para que a fizesse a Temer.

A escolha dos experientes fracassou apenas no aspecto da longevidade. Foi bem-sucedida como sinalização, coroada pela nomeação de Osmar Serraglio. Agrupados, os penitentes rezam, à espera da divulgação das colaborações da Odebrecht.

A lava-Jato está ferindo o oligarquia política e empresarial do século XXI

da mesma maneira que o fim do tráfico negreiro feriu (mas não matou) a do XIX. Os barões do caixa dois do tráfico resistiram por mais de 30 anos. Os marqueses do caixa dois das empreeiteiras sabem que não podem durar tanto, mas a esperança é sempre a última que morre. Primeiro, nomearam Jucá e Geddel; depois, Serraglio. Mais um pouco, soltamos Eduardo Cunha. Adiante, definimos que o TSE só tem lámina para Dilma Rousseff. Com sorte, tiramos Lula do páreo de 2018. Se der, deu. •

Elio Gaspari é jornalista

GRUPO GLOBO

PRESIDENTE

Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES

José Roberto Marinho - José Roberto Marinho

O GLOBO

é publicado pela Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

DIRETOR - GERAL

Fredéric Zoghlab Kachur

DIRETOR DE EDIÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL

Asdrúlio Settembre

EDITORA EXECUTIVA

Silvia Fonseca

EDITOR DE EXCEPCIONAL

Alan Grigg (Coordenador), Alexandre Maron, Chico Amaral,

Denise Ribeiro, Maria Fernanda Delmas, Paulo Motta e Vivianne Cohen

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP 20220-240 Tel (21) 2534-5000 Fax (21) 2534-5535

Principais editoriais do Grupo Globo: <http://globo.globo.com.br/edit>

Fale com O GLOBO

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS

Venda de antecipação (21) 2534-5656

Banco de Imagens (21) 2534-5777

Pesquisa: (21) 2534-5779

PUBLICIDADE

Notícias: (21) 2534-4310

Classificados: (21) 2534-4333

Jornais de Barro: (21) 2534-4355

E-mail: adsales@multimediasa.com.br

» EDITORES - País: Márcia Meneses (Interior) - marcia.meneses@oglobo.com.br Rio: Gabriela Goulart - gabig@oglobo.com.br Economia: Flávia Barbosa - flavia.barbosa@oglobo.com.br Hiperlocal: Humberto Tzolis - humberto.tzolis@extra.infor.com.br Previsão: Andréa Lacerda - andrea.lacerda@extra.infor.com.br Mundo e Sociedade: Sandra Cohen - sandra.cohen@oglobo.com.br Segundo Caderno: Fátima São - fatima.sao@oglobo.com.br Esportes: Marivâo dos Anjos - marivao@oglobo.com.br Fotografia: José Roberto Serra - serra@oglobo.com.br Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br Elas: Renata Izaal - renata.izaal@oglobo.com.br Revista O GLOBO: Ana Cristina Reis - ana.reis@oglobo.com.br Balões: Milton Calmon Filho - milton@oglobo.com.br

Site: Eduardo Diniz - eduardodiniz@oglobo.com.br Videojornalismo: Paulo Moreira - pmorreira@oglobo.com.br » SUPLEMENTOS - Boa Viagem: Lila Cristina - lia@oglobo.com.br SUCURSAIS - Brasília: Sergio Faful - faful@oglobo.com.br São Paulo: Aguinaldo Novo - novo@spoglobo.com.br

Geral e Redação (21) 2534-5000

Classifone (21) 2534-4333

Para assinar (21) 2534-4315 ou oglobo.com.br/assine

ATENDIMENTO AO ASSINTANTE

www.portaldestassintante.com.br

ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) e 0800-0284833

(demais localidades), de 2ª a 6ª feira,

das 09h30 às 19h, e aos sábados,

domingos e feriados, das 7h às 12h

Twitter: [@OGLOBO](http://twitter.com/OGLOBO)

Facebook: facebook.com/OGLOBO

Assinatura mensal com débito automático

Carga e Baixa Federal aprovada de 20%

INFORMAÇÕES AO LEITOR

Das 2ª a 6ª feira, das 09h30 às 19h, e aos

sábados, domingos e feriados, das 7h às 12h

Domésticas: R\$ 6,00

Internacionais: R\$ 12,00

oglobo.com.br/faleconosco

O GLOBO é associado:

ANJ - IVC - GDA - SIP - WAN

INTERNATIONAL PRESS CLUB

WAN IFRA

2015 - 2016 MEMBER

FSC

PEFC

Forest Stewardship Council

press reader

Press reader delivered by press reader

Press reader.com + 1 888 278 4824

CONSIGUE-SE PROTEGIDO NA MÍDIA